



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CRIMINAL
 Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.

TERMO DE AUDIÊNCIA

Processo nº: **0011153-25.2016.8.26.0566 - 2016/002685**
 Classe - Assunto: **Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins**
 Documento de Origem: **CF, OF, IP - 3520/2016 - DISE - Delegacia de Investigações Sobre Entorpecentes de São Carlos, 1766/2016 - DISE - Delegacia de Investigações Sobre Entorpecentes de São Carlos, 121/2016 - DISE - Delegacia de Investigações Sobre Entorpecentes de São Carlos**
 Réu: **JOSE DOS SANTOS GASPARD DE ARAUJO**
 Data da Audiência: **06/08/2018**

Audiência de instrução e julgamento nos autos do processo acima mencionado que a Justiça Pública move em face de **JOSE DOS SANTOS GASPARD DE ARAUJO**, realizada no dia 06 de agosto de 2018, sob a presidência do **DR. CLAUDIO DO PRADO AMARAL**, MM. Juiz de Direito. Apregoados, verificou-se a presença do **DR. MARCELO BUFFULIN MIZUNO**, DD. Promotor de Justiça; a presença do acusado, acompanhado do Defensor **DR. VEGLER LUIZ MANCINI MATIAS – OAB 175985/SP**. Iniciados os trabalhos, pelo MM Juiz foi indagado a acusação e a defesa se concordam que as perguntas sejam feitas inicialmente pelo Juiz, passando-se a seguir, às reperguntas pelas partes. Acusação e Defesa responderam que concordam. Em seguida, foram inquiridas as testemunhas **FABIANO RICARDO DA COSTA, SORAIA VIDO e CAMILA FERREIRA**, sendo realizado o interrogatório do acusado (*Depoimentos registrados por meio audiovisual, de acordo com o previsto no artigo 405, § 1º do Código de Processo Penal, tendo sido juntados aos autos em consonância com os artigos 150 e 1.270 das Normas da Corregedoria Geral da Justiça*). Com base no artigo 217 do CPP foi determinada a saída do réu da sala de audiências durante o depoimento da testemunha CAMILA FERREIRA. A defesa desistiu da oitiva da testemunha faltante, o que foi homologado pelo MM Juiz. Após, não havendo outras provas a serem produzidas, o MM Juiz determinou que se passasse aos debates orais, os quais foram realizados em mídia digital (*Conteúdo captado pelo registro audiovisual, tendo sido juntado aos autos de acordo com o artigo 150 das Normas da Corregedoria Geral da Justiça*). A seguir o MM. Juiz proferiu a


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.

seguinte **SENTENÇA: Vistos, etc. JOSE DOS SANTOS GASPAR DE ARAUJO**, qualificado, foi denunciado como incurso no artigo 33, caput, da Lei 11.343/06. O réu foi citado e ofereceu resposta, não sendo o caso de absolvição sumária. Em audiência foi produzida a prova oral. Em alegações finais, o representante do Ministério Público requereu a procedência nos termos da denúncia, com fixação de pena acima do mínimo legal e regime inicial fechado. A defesa requereu o decreto absolutório. **É o relatório. DECIDO.** Nesta audiência, ao ser ouvido em sede de interrogatório, o acusado negou ter praticado os fatos narrados na denúncia, afirmando que foi alvo de abuso policial e fatos forjados por sua ex-esposa. Ainda que essas alegações não tenham ficado cabalmente demonstradas, conforme já tive a oportunidade de fundamentar, quando relaxei o auto de prisão em flagrante, as provas colhidas são constitucionalmente ilícitas. A Polícia Militar ingressou na moradia do réu sob a alegação de que possuía denúncias de que lá se realizava o tráfico de drogas. Portanto, ingressou com base na permissão constitucional da situação de flagrante, que dispensa anuência do morador. Ocorre que, em casos de flagrante permanente, não é toda a situação que autoriza o ingresso em domicílio alheio. Somente as situações de flagrância que exijam pronta e imediata ação policial, sob pena de lesão a bem jurídico maior, caso o ingresso desautorizado não se efetive. Seria o caso, por exemplo, de se perder a prova ou de uma vítima individualizada vir a sofrer lesões ou estar com a vida ameaçada. Nas situações de flagrante permanente em que é possível aguardar um mandado de busca, autorizado pelo Poder Judiciário, esta forma constitucional deve ser buscada pelos agentes públicos. São inúmeras as situações em que o verbo núcleo do tipo se protraí no tempo, contudo, sem que haja lesão ou perigo concreto de lesão a direitos iminentemente. Em tais situações, é absolutamente possível esperar pela ordem judicial. A presente interpretação que se dá, de cunho restritivo, a hipótese constitucional do flagrante delito, está em sintonia com a interpretação teleológica ou finalística de todo o artigo 5º, XI, da CF, o qual prevê situações emergenciais e somente emergenciais (prestar socorro e desastre), como permissivas do ingresso em domicílio sem o consentimento do morador. Portanto, se a situação de flagrância não é emergencial, o agente público deve tentar obter mandado de busca junto ao Poder Judiciário. Aliás, é o que a Polícia Civil faz, invariavelmente. Suas ações são



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

| | |
|------|--|
| FLS. | |
| | |

sempre precedidas de representação judicial para obter o referido mandado. Já a Polícia Militar, invariavelmente age de modo diverso. Aliás, não é outra razão da questão ter sido levada ao STF, que por sua vez, produziu o tema 280. Evidentemente, quando a Polícia Militar ingressa em domicílio alheio sem mandado, caso não sejam encontradas drogas e caso surja mínima situação conflituosa dentro do domicílio de outra pessoa, seria demasiada ingenuidade crer que a prova judicial seria produzida da mesma maneira e com a mesma lisura que se houvesse mandado judicial. Aliás, este instrumento é expedido com prazo de validade de dias, de tal modo a permitir a ação segura e objetiva dos agentes de segurança, a fim de eleger a melhor oportunidade para as buscas domiciliares. Ainda que não fosse assim, observo que no caso concreto o depoimento da testemunha Soraia, vizinha do acusado e sobre quem não pesa qualquer suspeita, foi no sentido que antes do réu atender a polícia, já se iniciava invasão ao imóvel pelos fundos. Soraia declarou, sob o crivo do contraditório e da ampla defesa, que viu um policial pulando o muro de sua vizinha, que fica na rota de acesso à casa do réu. Nesse momento, o réu ainda não havia atendido aos policiais. Portanto, se o ingresso teria se dado com o consentimento do réu conforme declararam os policiais militares em juízo, antes do tal consentimento, já teria havido a invasão policial, pelos fundos do imóvel. E note-se, ainda que não fosse assim novamente: o depoimento de Soraia permite concluir que a Polícia Militar não teve dúvidas em ingressar em imóvel alheio (qual fosse, o da vizinha que fica entre a casa do réu e de Soraia), ausente qualquer situação de emergência, perigo, tentativa de fuga, etc. E isso também aponta para a firme determinação que os agentes militares estavam determinados a ingressar no imóvel, sendo muito pouco provável que caso o réu não autorizasse, detivessem-se. Afinal, o depoimento da ex-companheira do acusado revela duas situações que também comprometem a ação da Polícia Militar e a credibilidade de seus depoimentos por conseguinte. A uma, a testemunha tentou aproximar-se do imóvel, pois também mantinha domicílio lá, uma vez que possuía diversos pertences pessoais na casa, todavia, foi impedida de aproximar-se de sua própria moradia inexplicavelmente. A duas, quando referida testemunha compareceu ao Distrito Policial durante a lavratura do auto de prisão em flagrante, foi insistentemente perguntada sobre onde estaria a arma de fogo e que inclusive seus pertences apreendidos lhe seriam restituídos se



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.

desse tal informação. Enfim, ainda que o fundamento jurídico da inconstitucionalidade não fosse preciso, vislumbro falta de segurança na prova acusatória. Não se pode deixar de observar também que conforme salientado pelo digno defensor a Delegacia de Investigações sobre Entorpecentes de São Carlos, que possui informações privilegiadas sobre o tráfico de drogas, não possuía quaisquer informações de que no endereço do réu era praticado o tráfico (fls. 109). Ante o exposto, julgo improcedente o pedido contido na denúncia absolvendo-se o réu **JOSE DOS SANTOS GASPAR DE ARAUJO** da imputação de ter violado o disposto no artigo 33, caput, da Lei 11.343/06, com base no artigo 386, VII, do Código de Processo Penal e com fundamento do artigo 5º, XI, da Constituição Federal e artigo 157 do Código de Processo Penal. Publicada em audiência saem os presentes intimados. Comunique-se. Defiro a restituição dos objetos apreendidos ao acusado. Pelo dr. Promotor de Justiça foi manifestado o desejo de recorrer da presente decisão. O MM Juiz recebeu o recurso, abrindo-se vista ao Ministério Público para apresentação das razões recursais. Nada mais havendo, foi encerrada a audiência, lavrando-se este termo que depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado. Eu, _____, Luis Guilherme Pereira Borges, Escrevente Técnico Judiciário digitei e subscrevi.

Juiz(a) de Direito: **CLAUDIO DO PRADO AMARAL**

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Promotor:

Acusado:

Defensor: